

***Campus Porto Velho- Zona Norte***  
**Coordenação do Curso Tecnologia em Gestão Comercial EAD**

**MICAEL RODRIGUES DE SOUZA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL, DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES: PROPOSTAS DE AÇÕES E INTERVENÇÕES AO  
MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES – RO**

PORTO VELHO  
2025

**MICAEL RODRIGUES DE SOUZA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL, DESAFIOS E  
OPORTUNIDADES: PROPOSTAS DE AÇÕES E INTERVENÇÕES AO  
MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES – RO**

Artigo tecnológico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial EAD sob a orientação do Prof. Dr. Murilo Roberto Jesus Maganha.

PORTO VELHO  
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Souza, Micael Rodrigues de.

Desenvolvimento sustentável regional, desafios e oportunidades:  
propostas de ações e intervenções ao município de Costa Marques –  
RO / Micael Rodrigues de Souza. - Porto Velho, 2025.  
21 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Murilo Roberto Jesus Maganha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em  
Gestão Comercial EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Agricultura familiar. 2. Comunidades tradicionais. 3. Políticas  
públicas. I. Maganha, Murilo Roberto Jesus (orient.). II. Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III.  
Título.


**Bibliotecário(a) Responsável:** Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

**MICAEL RODRIGUES DE SOUZA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES: propostas de ações e intervenções ao município de Costa Marques – RO**


Artigo tecnológico entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, sob a orientação do professor Dr. Murilo Roberto Jesus Maganha.

Aprovado em: 15/12/2025 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIELA DANTAS CARVALHO**  
Data: 17/12/2025 15:51:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Profa. Dra. Gabriela Dantas Carvalho

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE MUNHOZ FERNANDES**  
Data: 16/12/2025 20:44:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. José Munhoz Fernandes

Documento assinado digitalmente  
 **MURILO ROBERTO JESUS MAGANHA**  
Data: 17/12/2025 15:43:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Murilo Roberto Jesus Maganha (Orientador)

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES: PROPOSTAS DE AÇÕES E INTERVENÇÕES AO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES – RO**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os Desenvolvimento Sustentável Regional, desafios e oportunidades: propostas de ações e intervenções ao município de Costa Marques – RO, com foco na atuação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e comunidades tradicionais, especialmente os quilombolas da Comunidade Santa Fé e a partir disso propor ações e intervenções para o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável. O estudo abordou compreender como a inclusão produtiva e as ações de assistência técnica contribuem para a sustentabilidade local. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica e documental, aliada à aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com técnicos da Emater/RO. Os resultados evidenciaram que programas como Pronaf, Pronera e PNRA tiveram impacto positivo na geração de renda e no fortalecimento cultural, embora enfrentem limitações estruturais, como a precariedade da infraestrutura rural e a burocracia no acesso às políticas públicas. A agroindústria de farinha instalada na comunidade demonstrou potencial de transformação social e econômica, desde que acompanhada de capacitação técnica e apoio institucional contínuo. A atuação da Emater/RO se destacou como elemento estratégico na disseminação de práticas sustentáveis e no fortalecimento da autonomia das famílias quilombolas. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas, a valorização dos saberes locais e a ampliação da assistência técnica são essenciais para consolidar um modelo de desenvolvimento regional sustentável, justo e inclusivo, assistência técnica; agroindústria.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Comunidades tradicionais; Políticas públicas.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze Regional Sustainable Development, challenges, and opportunities: proposed actions and interventions for the municipality of Costa Marques, Rondônia, focusing on the implementation of public policies aimed at family farming and traditional communities, especially the quilombolas of the Santa Fé Community, and from there, propose actions and interventions to strengthen sustainable regional development. The study aims to understand how productive inclusion and technical assistance initiatives contribute to local sustainability. The methodology used was based on a bibliographic and documentary review, combined with questionnaires and semi-structured interviews with Emater/RO technicians. The results showed that programs such as Pronaf, Pronera, and PNRA have had a positive impact on income generation and cultural strengthening, despite facing structural limitations, such as precarious rural infrastructure and bureaucratic access to public policies. The flour agribusiness established in the community has demonstrated potential for social and economic transformation, provided it is accompanied by technical training and ongoing institutional support. Emater/RO's work has stood out as a strategic element in disseminating sustainable practices and strengthening the autonomy of quilombola families. It can be concluded that strengthening public policies, valuing local knowledge, and expanding technical assistance are essential to consolidating a sustainable, fair, and inclusive regional development model.

**Keywords:** Family farming; Traditional communities; Public policies; Technical assistance; Agribusiness.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE .....</b>                            | <b>6</b>  |
| <b>3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROBLEMA E PROPOSTAS DE INOVAÇÃO/INTERVENÇÃO/RECOMENDAÇÃO .....</b> | <b>8</b>  |
| <b>4 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA E/OU SOCIAL.....</b>                              | <b>14</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>15</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável constitui um dos maiores desafios do século XXI, sobretudo em regiões marcadas por alta vulnerabilidade social e ambiental. A Amazônia Legal, onde se insere o estado de Rondônia, representa um território de intensas contradições entre a exploração econômica, a conservação ambiental e os direitos sociais (Ipea, 2021). Nesse cenário, torna-se essencial analisar como políticas públicas e iniciativas comunitárias influenciam o desenvolvimento local, especialmente em municípios como Costa Marques – RO.

Costa Marques destaca-se por sua diversidade cultural e ambiental, abrigando comunidades tradicionais, entre elas quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores. Esses grupos desempenham papel estratégico na conservação da biodiversidade e na manutenção de práticas agrícolas sustentáveis. No entanto, enfrentam diversos desafios estruturais, como o acesso limitado a recursos produtivos, políticas de incentivo e serviços de assistência técnica (Fao, 2022).

Dentre essas comunidades, a Comunidade Quilombola Santa Fé constitui um exemplo expressivo de resistência cultural e busca por autonomia produtiva. Situada em uma área atendida pela Emater/RO, essa comunidade desenvolve atividades como o cultivo de mandioca e a produção de farinha, com o apoio de programas como o Pronaf e o Pronera (Emater/RO, 2024). Essas ações têm promovido a segurança alimentar e impulsionado a geração de renda local.

A inclusão produtiva por meio da agroindústria revela-se uma estratégia promissora para fomentar o desenvolvimento sustentável em territórios historicamente marginalizados. No caso da Comunidade Santa Fé, a agroindústria de farinha instalada no local evidencia o potencial da agricultura familiar integrada à valorização cultural e ao uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2023). Contudo, a efetividade dessas iniciativas depende da continuidade das políticas públicas, da presença do Estado e da articulação entre diferentes instituições.

O acesso à terra por meio da Reforma Agrária é outro fator determinante, exigindo regularização fundiária eficaz e infraestrutura adequada para a produção e comercialização (Brasil, 2023). Além disso, a assistência técnica e extensão rural (ATER), promovida por órgãos como a Emater/RO, é essencial para fortalecer a autonomia das famílias quilombolas e estimular a adoção de práticas sustentáveis (Silva, 2021).

A agricultura regenerativa desponta como alternativa de produção que integra dimensões ecológicas, sociais e econômicas. Essa abordagem, ao restaurar os solos e preservar os ecossistemas, contribui para a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e à degradação ambiental. Entretanto, sua implementação exige investimentos em capacitação, pesquisa e adequação às realidades locais (Oliveira, 2020).

Este trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender a interação entre políticas públicas, práticas produtivas sustentáveis e a realidade das comunidades quilombolas de Costa Marques. A análise baseia-se em dados de fontes oficiais, relatórios institucionais e literatura acadêmica, oferecendo uma visão abrangente e crítica sobre o tema.

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável no município de Costa Marques – RO, com foco na atuação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e comunidades tradicionais, especialmente os quilombolas da Comunidade Santa Fé e a partir disso propor ações e intervenções para o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável.

Os resultados evidenciam que, embora haja iniciativas relevantes em andamento, persistem lacunas significativas que dificultam a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável na região. A superação desses desafios demanda governança participativa, investimentos permanentes e valorização dos saberes tradicionais (Santos, 2014).

Assim, este estudo visa contribuir com o debate sobre sustentabilidade na Amazônia rondoniense, dando visibilidade às comunidades tradicionais e propondo caminhos viáveis para uma transformação socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

## **2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE**

O município de Costa Marques, localizado na região sudoeste do estado de Rondônia, integra a Amazônia Legal e apresenta características socioeconômicas marcadas por desigualdades históricas, baixa infraestrutura produtiva e limitado acesso a políticas públicas efetivas. A região abriga comunidades tradicionais, como os quilombolas da Comunidade Santa Fé, que preservam práticas culturais e modos

de vida baseados na agricultura familiar e no extrativismo sustentável. No entanto, enfrentam obstáculos significativos relacionados à regularização fundiária, à escassez de investimentos públicos e à ausência de políticas contínuas de fomento ao desenvolvimento local.

A Comunidade Quilombola Santa Fé, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, está situada em área de difícil acesso e depende, majoritariamente, da agricultura de subsistência e da produção artesanal de farinha de mandioca. Mesmo com o apoio de programas como o Pronaf, Pronera e ações pontuais da Emater/RO, a comunidade ainda lida com a ausência de crédito rural acessível, baixa capacitação técnica e dificuldades na comercialização de seus produtos. Tais fragilidades estruturais refletem a situação de muitas comunidades tradicionais na Amazônia, que, apesar de seu potencial produtivo, permanecem à margem das estratégias de desenvolvimento regional.

O acesso à terra é um dos principais entraves ao fortalecimento produtivo dessas comunidades. A morosidade nos processos de titulação coletiva e a carência de infraestrutura básica comprometem a autonomia das famílias e limitam as oportunidades de investimento em tecnologias sustentáveis. Conforme afirma Sauer (2019), sem a garantia do território, não há base sólida para a construção de um desenvolvimento rural justo e duradouro.

Além disso, o diagnóstico aponta que, embora existam iniciativas voltadas à promoção da agricultura familiar, estas são insuficientes frente à complexidade dos desafios enfrentados. A ausência de políticas públicas articuladas, de uma assistência técnica contínua e de programas de incentivo à agroindustrialização impede que as comunidades quilombolas acessem plenamente os mercados institucionais e privados, reduzindo suas possibilidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Apesar dessas limitações, identifica-se uma oportunidade significativa de transformação por meio da valorização das práticas agroecológicas e da inserção das comunidades tradicionais em cadeias produtivas sustentáveis. A implementação de políticas de apoio técnico, acesso ao crédito, regularização fundiária e investimento em infraestrutura pode favorecer um novo ciclo de desenvolvimento baseado nos princípios da sustentabilidade, da equidade social e do respeito à diversidade cultural.

Assim, o diagnóstico da realidade local demonstra que o desafio não está apenas em garantir acesso a recursos, mas em promover uma governança integrada

e participativa, que reconheça as especificidades socio territoriais das comunidades quilombolas e potencialize suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável. Para complementar a análise, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas com agentes da EMATER/RO e membros da comunidade quilombola de Santa Fé, com o objetivo de levantar informações qualitativas sobre as políticas públicas, desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável na região.

Os instrumentos utilizados encontram-se disponíveis nos Apêndices A e B, possibilitando maior transparência quanto ao método de coleta de dados e à organização do estudo.

Figura 1 – Sede Associação Quilombola de Santa Fé



Fonte: Associação Quilombola, 2025.

### **3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROBLEMA E PROPOSTAS DE INOVAÇÃO/INTERVENÇÃO/RECOMENDAÇÃO**

A análise da situação evidenciada no município de Costa Marques – RO aponta para uma realidade em que as comunidades quilombolas, como a de Santa Fé, embora possuam grande potencial socioeconômico e ecológico, enfrentam limitações estruturais que comprometem sua autonomia produtiva e o pleno exercício de seus direitos territoriais e culturais. Nesse cenário, torna-se necessário propor alternativas

viáveis de inovação e intervenção, capazes de fortalecer a sustentabilidade regional a partir da valorização dos saberes tradicionais, do acesso a políticas públicas e do uso racional dos recursos naturais.

Uma das primeiras estratégias recomendadas é a regularização fundiária coletiva, garantindo segurança jurídica às comunidades remanescentes de quilombos. A ausência de titulação do território é um fator limitante para o acesso a políticas de fomento rural e à captação de recursos, além de fragilizar a proteção sociocultural desses grupos. Segundo Sauer (2019), a titulação dos territórios tradicionais é condição essencial para a construção de alternativas produtivas duradouras e ambientalmente responsáveis.

Além disso, destaca-se a ampliação da assistência técnica e extensão rural (ATER), com enfoque específico em práticas agroecológicas e agricultura regenerativa. Tais abordagens permitem não apenas o aumento da produtividade com baixo impacto ambiental, mas também fortalecem os vínculos comunitários e a soberania alimentar. De acordo com Altieri (2009), a agroecologia promove a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que preserva os ecossistemas locais.

Outra proposta relevante é a valorização e incentivo à agroindústria comunitária, como a já instalada casa de farinha da Comunidade Santa Fé. Para isso, recomenda-se a criação de linhas de crédito específicas, apoio na certificação sanitária e treinamento em gestão e comercialização. A inclusão das comunidades em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pode assegurar mercado institucional estável, favorecendo a geração de renda e a valorização cultural local (Brasil, 2022).

A seguir, apresenta-se o quadro 1, com as principais propostas, seus objetivos e os benefícios esperados.

Quadro 1 – Propostas de intervenção e seus impactos esperados

| Proposta                             | Objetivo principal                                     | Benefícios esperados  |
|--------------------------------------|--|---|
| Regularização fundiária coletiva     | Garantir segurança jurídica às comunidades quilombolas | Acesso a políticas públicas; proteção do território         |
| ATER com foco agroecológico          | Promover práticas sustentáveis e capacitadas           | Aumento da produtividade sustentável; autonomia técnica     |
| Apoio à agroindústria de farinha     | Fortalecer a produção local com valor agregado         | Geração de renda; inclusão nos mercados institucionais      |
| Capacitação e inclusão digital       | Promover o acesso à informação e ao mercado            | Fortalecimento da gestão comunitária e visibilidade externa |
| Incentivo à agricultura regenerativa | Reabilitar solos e ecossistemas locais                 | Sustentabilidade ambiental e adaptação climática            |

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2022), Altieri (2009) e Sauer (2019)

A análise da realidade do município de Costa Marques – RO evidencia que a Comunidade Quilombola Santa Fé possui grande potencial produtivo e cultural, mas enfrenta barreiras estruturais que comprometem sua autonomia e inclusão em políticas públicas. Diante disso, foram delineadas propostas de intervenção com base em práticas sustentáveis e em experiências já reconhecidas na literatura.

A primeira proposta refere-se à regularização fundiária coletiva, fundamental para garantir segurança jurídica e proteção do território quilombola. Sem o título da terra, o acesso a políticas de crédito, programas de incentivo e investimentos estruturais torna-se restrito. Conforme Sauer (2019), a titulação é condição indispensável para consolidar um modelo de desenvolvimento rural justo e duradouro, pois assegura a permanência das famílias em seus territórios e fortalece sua identidade cultural.

A segunda proposta envolve a ampliação da assistência técnica e extensão rural (ATER) com foco agroecológico. Essa medida busca difundir práticas produtivas sustentáveis, adaptadas às condições locais e de baixo impacto ambiental. A agroecologia, segundo Altieri (2009), promove não apenas a produtividade agrícola, mas também a resiliência socioambiental das comunidades, contribuindo para a soberania alimentar e para a valorização dos saberes tradicionais.

A terceira proposta diz respeito ao fortalecimento da agroindústria comunitária de farinha, já existente na comunidade. Essa iniciativa agrega valor à produção de

mandioca e abre espaço para inclusão nos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com Brasil (2022), a inserção da agricultura familiar em programas governamentais é estratégica para a geração de renda, a segurança alimentar e o fortalecimento cultural das comunidades.

A quarta proposta é a capacitação e inclusão digital dos agricultores. O acesso a ferramentas tecnológicas e ao mercado virtual permite ampliar a visibilidade da produção e melhorar a gestão comunitária. Segundo Silva (2018), a qualificação digital é hoje um instrumento essencial para a inserção socioeconômica e para a participação ativa em redes de comercialização e inovação rural.

Por fim, a quinta proposta contempla o incentivo à agricultura regenerativa, prática que busca restaurar solos degradados e preservar ecossistemas locais. Essa abordagem alia produção agrícola com serviços ecossistêmicos, garantindo sustentabilidade ambiental e adaptação climática. Oliveira (2020) ressalta que a regeneração do solo é um dos pilares para enfrentar os impactos das mudanças climáticas e assegurar a resiliência das comunidades rurais.

Em síntese, as propostas apresentadas demonstram que a superação dos desafios da Comunidade Quilombola Santa Fé requer ações integradas, que aliem políticas públicas, inovação produtiva e valorização cultural. A conjugação dessas iniciativas aponta para um caminho viável de transformação socioeconômica, com base na justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Quadro-2 - Avanços quanto as fragilidades estruturais

| <b>Indicador Investigado</b>                   | <b>Resultado (%)</b> |
|--|----------------------|
| Famílias que vivem há mais de 10 anos na área  | 85%                  |
| Agricultura como principal atividade econômica | 92%                  |
| Participação em programas como PRONAF/PRONERA  | 63%                  |
| Produção de farinha artesanal                  | 78%                  |
| Acesso à assistência técnica da EMATER/RO      | 55%                  |
| Propriedades com regularização fundiária       | 37%                  |
| Participação em capacitações técnicas          | 41%                  |

**Fonte:** Dados primários coletados pelos autores (2025).

Conforme a Quadro-2, que apresenta os principais indicadores da Comunidade Quilombola Santa Fé, observa-se que 85% das famílias vivem há mais de dez anos na área. Esse dado evidencia o forte vínculo histórico e cultural dessas famílias com o território, reforçando a importância da regularização fundiária como garantia de permanência e de reprodução social. Sauer (2019) destaca que a estabilidade territorial é condição fundamental para a consolidação de políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Ainda de acordo com a tabela, 92% das famílias têm a agricultura como principal atividade econômica, o que demonstra a centralidade da agricultura familiar na sustentação das condições de vida locais. Segundo a FAO (2022), a agricultura familiar é responsável por promover segurança alimentar e conservação ambiental, especialmente em comunidades tradicionais da Amazônia.

Outro indicador relevante é que 63% das famílias participam de programas de políticas públicas, como o PRONAF e o PRONERA. Essa adesão reflete a importância desses programas para o acesso a crédito, insumos e capacitação. No entanto, os números também revelam que uma parte significativa da comunidade ainda está à margem desses benefícios. O MDA (2023) ressalta que a ampliação do alcance do crédito rural e da formação educacional é estratégica para o fortalecimento da agricultura familiar.

Quanto às atividades produtivas, a pesquisa mostra que 78% das famílias realizam a produção artesanal de farinha de mandioca. Esse dado confirma a relevância da agroindústria de base comunitária como motor de geração de renda e valorização cultural. Para Brasil (2022), o incentivo à agroindústria comunitária permite maior inclusão da produção em mercados institucionais, como o PNAE e o PAA, além de estimular a organização social.

No que diz respeito ao suporte técnico, apenas 55% das famílias afirmaram ter acesso à assistência técnica da Emater/RO. Esse resultado evidencia a necessidade de ampliar o alcance e a frequência dos serviços de extensão rural. Conforme Silva (2021), a assistência técnica contínua é um fator determinante para o aumento da produtividade, para a adoção de práticas sustentáveis e para a autonomia das comunidades tradicionais.

Um dos indicadores mais críticos é que somente 37% das propriedades possuem regularização fundiária, revelando que a maioria das famílias ainda não dispõe de segurança jurídica sobre o território. Essa situação fragiliza a autonomia

produtiva e limita o acesso a programas governamentais. De acordo com Sauer (2019), sem titulação fundiária coletiva não há base sólida para o fortalecimento das comunidades quilombolas.

Por fim, a tabela aponta que 41% das famílias já participaram de capacitações técnicas. Embora represente um avanço, esse número é insuficiente diante da necessidade de formação constante para enfrentar os desafios da produção sustentável e da comercialização. Silva (2018) afirma que a capacitação técnica e a inclusão digital são instrumentos indispensáveis para ampliar a competitividade e dar maior visibilidade às comunidades no mercado.

Em conjunto, os indicadores da Tabela 1 revelam tanto os avanços quanto as fragilidades estruturais da Comunidade Quilombola Santa Fé, reforçando a urgência de políticas públicas integradas que contemplem regularização fundiária, assistência técnica, incentivo agroindustrial e capacitação contínua.

Para viabilizar essas ações, é necessário que o poder público, em articulação com instituições de ensino, organizações não governamentais e lideranças comunitárias, desenvolva projetos integrados de desenvolvimento territorial sustentável, respeitando a identidade sociocultural das comunidades e promovendo sua autonomia. A adoção de mecanismos participativos de planejamento, como oficinas comunitárias e conselhos locais, é essencial para assegurar a efetividade e a continuidade das propostas.

Além disso, a inserção da temática quilombola nos planos municipais de desenvolvimento rural e de educação ambiental pode representar uma estratégia de longo prazo para a transformação das relações sociais e produtivas, promovendo inclusão, justiça social e preservação ambiental.

Em síntese, a superação dos entraves enfrentados pela Comunidade Quilombola Santa Fé, mostrado no anexo, foto da associação e outras similares passa pela articulação de políticas públicas, inovação produtiva e fortalecimento comunitário. As propostas aqui apresentadas não apenas respondem às necessidades identificadas, como também apontam para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e culturalmente enraizado.

Além dos dados levantados, destaca-se a importância da organização social da comunidade por meio da Associação Quilombola de Santa Fé, que atua como espaço de mobilização e representação coletiva. Essa associação tem papel fundamental na defesa dos direitos territoriais, na busca por políticas públicas e no

fortalecimento da identidade cultural da comunidade. A Figura 1 apresenta a sede da associação e parte de seus membros, evidenciando a coesão social e o protagonismo comunitário.

#### **4 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA E/OU SOCIAL**

A partir da análise realizada, conclui-se que o desenvolvimento sustentável em regiões de vulnerabilidade, como o município de Costa Marques – RO, depende diretamente da articulação entre políticas públicas eficazes, valorização das práticas tradicionais e inclusão produtiva. A Comunidade Quilombola Santa Fé, ao exemplificar esse cenário, revela tanto as fragilidades estruturais existentes quanto o potencial transformador de ações direcionadas, como a regularização fundiária, o fortalecimento da agroindústria e o apoio técnico contínuo.

As políticas públicas como o Pronaf, Pronera e as ações da Emater/RO, embora tenham papel importante, ainda enfrentam desafios quanto à sua efetividade e alcance. A ausência de regularização fundiária coletiva e de uma assistência técnica permanente são entraves que comprometem a autonomia produtiva e o fortalecimento socioeconômico das comunidades tradicionais. No entanto, quando essas políticas são implementadas de forma integrada, com foco na sustentabilidade e na participação social, podem gerar resultados positivos e duradouros.

A contribuição tecnológica deste estudo está centrada na proposição de estratégias adaptadas à realidade local, com base em princípios da agroecologia, agricultura regenerativa e gestão comunitária da produção. Tais soluções tecnológicas são de baixo custo, socialmente apropriadas e capazes de gerar impactos significativos na segurança alimentar, na geração de renda e na preservação ambiental.

Do ponto de vista social, o trabalho contribui para o reconhecimento do papel estratégico das comunidades quilombolas na conservação da biodiversidade e na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo. A valorização dos saberes tradicionais, aliada ao acesso a políticas públicas e tecnologias apropriadas, representa um caminho promissor para a superação das desigualdades e para a promoção da justiça socioambiental na Amazônia rondoniense.

Portanto, os resultados obtidos reforçam a importância da continuidade de investimentos públicos, da governança participativa e da integração entre instituições, comunidades e Estado. Apenas por meio desse diálogo e cooperação será possível consolidar um processo de desenvolvimento sustentável que respeite os direitos, as culturas e os territórios das populações tradicionais da região.

## REFERÊNCIAS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Comunidades quilombolas certificadas**. Brasília: INCRA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Políticas de Assistência Técnica no Agronegócio**. Brasília: Ministério da Agricultura, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). **Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Brasília: MDA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2010.

EMATER/RO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Relatório Anual de Assistência Técnica**. Rondônia: EMATER/RO, 2023.

EMATER/RO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Relatório de Atividades 2023**: Escritório Regional de Costa Marques. Porto Velho: EMATER/RO, 2024.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Agricultura familiar e políticas públicas no Brasil. Brasília: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org.br>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79-108.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento sustentável: uma agenda para o Brasil**. Brasília: IPEA, 2021.

LIMA, M. M. de. **PIBID ciências biológicas: experiências formativas do Instituto Federal de Rondônia, campus Ariquemes**. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234668>. Acesso em: 30 out. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 975 p.

OLIVEIRA, Gustavo Silva. Planos. **Programas e Gerenciamento Ambiental**. 2. ed. São Paulo: InterSaberes, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, João. **Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.

SILVA, Leonardo Pereira Costa. **Sistema de Gestão, Auditoria e Perícia Ambiental**. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA FÉ**

O questionário a seguir foi elaborado com o objetivo de coletar informações relevantes para a análise do desenvolvimento sustentável na comunidade quilombola de Santa Fé, no município de Costa Marques – RO. As perguntas visaram compreender aspectos sociais, econômicos, produtivos e de acesso a políticas públicas pelas famílias da comunidade.

### **Questionário – Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Quilombolas**

#### **Há quanto tempo sua família reside nesta comunidade?**

Mais de 10 anos

Quais são as principais atividades econômicas da sua família?

Agricultura familiar

Criação de animais

Pesca

Artesanato

Outra:

#### **Você participa de algum programa de política pública voltado à agricultura ou desenvolvimento rural?**

Sim

Se sim, quais?

PRONAF  PRONERA  PNRA  Outros:

A produção de farinha é realizada por sua família?

Sim

#### **Como você avalia o apoio recebido pela assistência técnica (Emater/RO)?**

Regular

**Sua propriedade possui regularização fundiária?**  Sim  Não

**Sua família já recebeu capacitação ou participou de cursos sobre práticas agrícolas sustentáveis?**

Sim

**Na sua opinião, quais são os principais desafios para o desenvolvimento da sua comunidade?**

Falta de infraestrutura, dificuldade de acesso a crédito rural, ausência de regularização fundiária e baixa frequência de assistência técnica.

**Que melhorias você considera importantes para fortalecer o desenvolvimento sustentável local?**

Ampliação da assistência técnica, construção de estradas, oferta de cursos técnicos e valorização dos saberes tradicionais.

**Deseja acrescentar alguma sugestão ou comentário?**

A presença constante de técnicos e políticas públicas mais acessíveis fariam grande diferença para nossa produção e qualidade de vida.

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA A AGENTES DA EMATER/RO**

Este roteiro foi elaborado com o objetivo de obter informações qualitativas sobre as ações da EMATER/RO no apoio ao desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Santa Fé, localizada no município de Costa Marques – RO. As entrevistas foram realizadas com técnico extensionista que atuam na região.

Roteiro de Entrevista

### **1. Qual a sua função atual na EMATER/RO e há quanto tempo atua na região de Costa Marques?**

R- Atualmente, atuo como técnico extensionista rural da EMATER/RO no escritório regional de Costa Marques. Estou na região há aproximadamente sete anos, com foco no atendimento a comunidades tradicionais, especialmente os agricultores familiares e quilombolas.

### **2. Quais são os principais programas e ações da EMATER/RO direcionados à comunidade quilombola de Santa Fé?**

R- As principais ações envolvem assistência técnica continuada em práticas agroecológicas, apoio à organização da produção da farinha de mandioca, incentivo ao uso sustentável do solo e orientação para o acesso a políticas públicas como o PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também há iniciativas de educação sanitária e estímulo ao cooperativismo.

### **3. Como a assistência técnica tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar na região?**

R- Tem contribuído significativamente ao promover a melhoria das técnicas de cultivo, a introdução de práticas sustentáveis e o aumento da produtividade com menor impacto ambiental. Além disso, fortalece o protagonismo comunitário ao orientar os agricultores sobre comercialização, acesso a crédito e regularização fundiária.

### **4. Há dificuldades recorrentes enfrentadas no processo de apoio à produção de farinha e outras culturas locais?**

R- Sim, há. A infraestrutura ainda é precária, com dificuldade de acesso a insumos e equipamentos adequados. A logística de escoamento da produção também é limitada, especialmente durante o período chuvoso. Outra dificuldade comum é a escassez de mão de obra qualificada para operar as pequenas agroindústrias de maneira eficiente.

### **5. A comunidade tem acesso regular a políticas públicas como PRONAF e PRONERA? Como se dá esse acesso?**

R- O acesso existe, mas não é pleno. Muitos agricultores encontram barreiras burocráticas, como ausência de documentação da terra ou dificuldade na elaboração de projetos técnicos exigidos para o financiamento. A EMATER/RO atua como facilitadora, ajudando no enquadramento das famílias, elaborando projetos e encaminhando às instituições financeiras.

**6. De que forma a EMATER/RO atua na capacitação técnica dos agricultores?**

R- Por meio de oficinas, dias de campo, visitas técnicas e atividades práticas voltadas para temas como manejo sustentável da mandioca, compostagem, controle biológico de pragas, entre outros. A capacitação também envolve educação financeira, gestão da propriedade e organização coletiva, como associações e cooperativas.

**7. Quais são os principais desafios e limitações que a instituição enfrenta para ampliar sua atuação na região?**

R- As principais limitações são a escassez de recursos humanos e financeiros, além da dificuldade de deslocamento para áreas remotas, principalmente durante o período das chuvas. Também enfrentamos limitações tecnológicas, como a falta de internet nas comunidades, o que dificulta a comunicação e o acesso a sistemas integrados de gestão rural.